

Guilherme Grandi*
Universidade de São Paulo
São Paulo, São Paulo, Brasil



Crítica ao modelo de desenvolvimento do governo militar no Brasil: a produção intelectual de Celso Furtado entre 1981 e 1983

Recebido em: 25 fev. 2022 Aprovado em: 30 out. 2022 Publicado em: 23 dez. 2022
DOI: <https://doi.org/10.29327/2148384.17.31-5>

Resumo

O objetivo do artigo é discutir a produção intelectual de Celso Furtado durante o chamado triênio recessivo no Brasil, isto é, entre 1981 e 1983. Neste período, o autor publicou três livros pouco conhecidos pelo público leitor em geral. São eles, *O Brasil "pós-milagre"*, *A nova dependência: dívida externa e monetarismo* e *Não à recessão e ao desemprego*. Neles, Furtado tece um conjunto de preocupações sobre a situação econômica e social do Brasil que o levou a formular diagnósticos, proposições teórico-interpretativas e políticas acerca da capacidade do Estado brasileiro de enfrentar a crise do endividamento externo e a queda acintosa do produto interno do país. Argumenta-se que nesses três livros o autor sintetiza a sua crítica ao modelo de desenvolvimento que marcou a economia política do regime militar no Brasil que vigorou de 1964 a 1985.

Palavras-chave: Celso Furtado. Recessão Econômica. Endividamento Externo.

* Professor Doutor da Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Departamento de Economia. Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo; Mestre em Economia e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. E-mail: ggrandi@usp.br
 <http://lattes.cnpq.br/7997668671913379>  <http://orcid.org/0000-0002-6040-0650>

Guilherme Grandi*

São Paulo University

São Paulo, São Paulo, Brazil



Criticism of the development model of the military government in Brazil: the intellectual production of Celso Furtado between 1981 and 1983

Received: 25 Feb. 2022 Approved: 30 Oct. 2022 Published: 23 Dec. 2022

DOI: <https://doi.org/10.29327/2148384.17.31-5>

Abstract

The objective of the paper is to discuss Celso Furtado's intellectual production during the so-called recessive triennium in Brazil, that is, between 1981 and 1983. During this period, the author published three books that were little known by the general readership. "O Brasil "pós-milagre"" [The Brazil "post-miracle"], "A nova dependência: dívida externa e monetarismo" [The new dependency: external debt and monetarism] and "Não à recessão e ao desemprego" [No to recession and unemployment]. In them, Furtado weaves a set of concerns about the economic and social situation in Brazil that led him to formulate diagnoses, theoretical-interpretative and political propositions about the capacity of the Brazilian State to face the external debt crisis and the sharp drop in the domestic product of the country. It is argued that in these three books the author synthesizes his criticism of the development model that marked the political economy of the military regime in Brazil that was in force from 1964 to 1985.

Keywords: Celso Furtado. Economic Recession. External Indebtedness.

* Professor at the São Paulo University, College of Economics, Administration and Accounting, Department of Economics. PhD in Economic History from the São Paulo University; MSc in Economics and graduated in Social Sciences from São Paulo State University Júlio de Mesquita Filho. E-mail: ggrandi@usp.br

<http://lattes.cnpq.br/7997668671913379>

<http://orcid.org/0000-0002-6040-0650>

Introdução

Entre a publicação do seu primeiro livro, *A economia brasileira* (1954), e o célebre *Formação econômica do Brasil* (1959), Celso Furtado publicou outros três trabalhos: *Uma economia dependente* (1956), *Perspectivas da economia brasileira* (1957) e sua tese de doutoramento sobre a economia colonial no Brasil, defendida em 1948 na Universidade de Paris. Os argumentos centrais desses trabalhos estão, segundo Mattoso (1998), condensados em *Formação econômica*, o que denota uma característica importante do percurso intelectual de Furtado, que consiste na autocrítica visando o aperfeiçoamento dos modelos interpretativos então adotados.

O mesmo pode-se dizer em relação ao conjunto de livros publicados por ele entre 1981 e 1983: *O Brasil "pós-milagre"*, *A nova dependência: dívida externa e monetarismo* e *Não à recessão e ao desemprego*. Enquanto o primeiro analisa o legado deixado pelo período e modelo de desenvolvimento associados à concepção conhecida como "milagre econômico", o livro *A nova dependência* apresenta um diagnóstico preciso sobre questões urgentes à época no Brasil, como o endividamento externo, a aceleração inflacionária e a internacionalização da economia brasileira. O trabalho subsequente, *Não à recessão e ao desemprego*, consiste mais em um livro de "combate", uma análise que denota certa indignação do autor frente à desordem do cenário econômico do país e encerra suas reflexões durante o triênio recessivo, no qual a economia brasileira se retraiu cerca de 2,2% ao ano. Observa-se que o primeiro desses três livros, publicado em 1981, retoma um conjunto de preocupações do autor – presente, portanto, em trabalhos anteriormente publicados¹ – que o levou a formular diagnósticos, proposições teórico-interpretativas e políticas acerca da economia brasileira no contexto de crise marcado pelo endividamento externo e pelo recuo do produto interno do país.

1 Referimo-nos aos seguintes livros de Furtado: *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1966); *Análise do "Modelo" Brasileiro* (1972); e *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina* (1973).

O fato é que o início da década de 1980 se caracterizou pelo agravamento do quadro de crise internacional como consequência do “Segundo Choque do Petróleo”, ocorrido em 1979, e, no Brasil, a questão da dívida externa, aliado à escalada da inflação, se mostraram uma combinação deletéria que acarretou uma reversão da trajetória de crescimento da economia brasileira entre 1981-83. Este período é conhecido pela literatura especializada como o triênio do ajuste recessivo, levado a cabo pelo último governo do regime militar instaurado em 1964, o governo do general João Figueiredo, e marcado também pelas negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para a assinatura de um acordo de “empréstimo de salvação”. Tal ajuste vinha sendo defendido pelo ministro do Planejamento demissionário em 1979, Mario Henrique Simonsen, diante da mudança de perspectiva em relação à economia internacional já a partir de 1977/78. Mas, afinal, qual era a opinião de Furtado a respeito desse contexto e dos principais problemas enfrentados pela economia brasileira no despontar dos anos 80? Outra questão que se impõe é: por que se sabe pouco, ou não se discute com frequência e profundidade, acerca da produção intelectual de Furtado do início da década de 1980?

Vivendo ainda no exterior, Furtado vinha demonstrando preocupação aguda com o rumo que a economia brasileira tomava desde a virada dos anos 60 para os 70, ao perceber que o modelo de desenvolvimento perseguido pelo regime militar trazia riscos à autonomia do Estado em gerir com controle a economia nacional, conferindo assim grande probabilidade de se gerar desequilíbrios estruturais de difícil solução nos curto e médio prazos.² Em verdade, a segunda metade dos anos 70 já vinha testemunhando uma piora gradativa de alguns dos principais indicadores macroeconômicos do país, a começar pelos déficits crônicos em conta corrente do balanço de pagamentos.

Os estratagemas mais recorrentes, e espúrios, com os quais a

2 No período de 1964 a 1985, Furtado manteve-se no exílio e teve uma atuação destacada por meio de suas atividades de pesquisa e ensino, primeiro no Chile, junto ao Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social (Ilpes), vinculado à Cepal; depois na Universidade de Yale, nos Estados Unidos; e, em seguida, na França, como professor da Universidade de Paris I. Em Paris, chegou a atuar também no Instituto de Altos Estudos da América Latina, no IEDES, na *Maison des sciences de l'homme* e na *École de Hautes Études en Sciences Sociales*.

economia brasileira conseguiu crescer durante o período 1964-85 levaram o país a níveis insustentáveis de inflação e endividamento. De modo a buscar remediar a baixa propensão à poupança dos brasileiros, o governo ditatorial, por meio do seu modelo fundado na incompatibilidade entre o padrão de consumo dos extratos mais elevados da renda e a geração interna de poupança, desnudou a contradição elementar que, segundo Furtado, explicava a desigualdade de renda no país e o seu nível exagerado de endividamento externo. O resultado é clarividente: houve um aumento considerável da demanda por recursos financeiros, ao longo de toda a década de 1970, que fortaleceu em demasia a posição dos agentes que negociam com dinheiro e com outros ativos de elevada liquidez, e cuja participação na renda global aumentou significativamente.

O fato é que, após o choque internacional do setor petrolífero em 1979, a intenção do governo brasileiro de realizar o ajustamento externo teve como um dos resultados o aumento dos desequilíbrios internos, com destaque para o fenômeno inflacionário. A ideia encabeçada pela equipe econômica do governo Figueiredo, de promover uma correção de preços relativos por meio de uma política cambial de maxidesvalorizações, amenizou a situação do saldo em transações correntes, porém, ao custo do recrudescimento do nível geral de preços da economia brasileira.

A inflação da época também fora alimentada pelas operações de esterilização do ingresso de capital externo, haja vista que a venda de títulos públicos, com o propósito de diminuir a oferta de moeda, evitava quedas acintosas da taxa de juros reduzindo-se assim a pressão inflacionária. Não obstante, os superávits na conta capital do balanço de pagamento se mostravam inferiores aos déficits em conta corrente; o aumento do nível internacional de juros fez explodir o custo do serviço da dívida contraída junto aos credores internacionais; e, ademais, as reservas de câmbio caíram de cerca de US\$ 12 para US\$ 7 bilhões entre 1978 e 1981 (BONTEMPO, 1988, p. 109).

O resultado que se descortinou em plena crise da dívida externa é o de um sistema muito mais dependente dos intermediários financeiros do que das

autoridades monetárias, dada a influência maior que os primeiros detinham sobre o grau de liquidez da economia. O Banco Central do Brasil (Bacen) parecia estar de mãos atadas diante da constante necessidade de refinanciar o pagamento da dívida pública, sempre por meio do aumento do volume da dívida. Entre 1974 e o início das tratativas com o FMI em 1982, o Estado brasileiro se refinanciou contraindo mais dívidas. A subserviência era de tal ordem que o governo brasileiro chegou ao disparate de indexar os títulos públicos ao dólar, colocando assim em xeque a soberania do cruzeiro. Em suma: "O aumento da dívida pública engendra expansão do fluxo de ativos financeiros não-monetários e estimula o crescimento relativo da intermediação financeira" (FURTADO, 1983, p. 33).

Este era o principal incômodo de Furtado durante o triênio 1981-83, qual seja, a perda do controle governamental sobre a grau de liquidez da economia. Se antes, a inflação incidia mais sobre o preço dos bens finais, no início dos anos 1980, as circunstâncias impunham demasiada pressão sobre o mercado de capitais levando ao aumento das taxas de juros e inflacionando os custos financeiros do setor produtivo. A hipertrofia da intermediação financeira então resultante, em linha com a doutrina política do FMI, impunha a contração da demanda, isto é, a recessão como forma de enfrentar a inflação, porém ao custo de desestimular o investimento na produção. O assim chamado ajuste recessivo foi a última evidência que Furtado precisava para sustentar a sua crítica de que o governo militar se encontrava na lona, nocauteado, ou de joelhos, implorando perdão aos credores e totalmente entregue às condicionalidades políticas das finanças internacionais. É essa perda de autonomia política, e de controle sobre os agregados monetários, que mais inquietava Furtado no período aqui em foco.

Diante do exposto, estruturou-se o presente artigo em mais cinco seções, além desta introdução. Na próxima seção, apresenta-se três conceitos fundamentais do pensamento furtadiano: dependência externa, substituição de importações e subdesenvolvimento. Entende-se que a crítica do autor ao modelo de industrialização por substituição de importações (ISI) explicita os nexos de mútua determinação entre a persistência do

subdesenvolvimento e a dependência externa. Já a segunda seção se volta para o trinômio que melhor define o contexto macroeconômico do Brasil na primeira quadra dos anos 1980: dívida externa, FMI e ajuste recessivo. As terceira, quarta e quinta seções do artigo discutem, respectivamente, os trabalhos que compõem a trilogia aqui identificada composta por livros pouco conhecidos pelo público leitor: *O Brasil "pós-milagre"*, *A nova dependência e Não à recessão e ao desemprego*.

1. Dependência e subdesenvolvimento no pensamento de

Furtado

Furtado é, sem sobra de dúvidas, um dos mais destacados intérpretes da realidade econômica e social do Brasil e da América Latina, além de ter sido um homem público sempre comprometido em buscar soluções políticas para os diversos problemas sociais decorrentes do fenômeno do subdesenvolvimento. Foi assim quando presidiu o Grupo Misto CEPAL-BNDE, que deu subsídios às propostas que serviram de base ao Plano de Metas do governo Kubitschek; quando assumiu uma diretoria no BNDE, cujo objetivo era o de elaborar uma política de desenvolvimento para a região Nordeste; quando tal política foi levada a cabo durante sua superintendência na SUDENE; quando elaborou o Plano Trienal ao ser o primeiro titular do Ministério do Planejamento, criado em 1962 na fase parlamentarista do governo de João Goulart; quando integrou a Comissão do Plano de Ação do Governo, em janeiro de 1985, após um longo período ocupando importantes posições acadêmicas em diferentes universidades de renome na França, Inglaterra e Estados Unidos; quando foi nomeado Ministro da Cultura no governo Sarney; e, por fim, quando se tornou membro da Comissão Mundial para a Cultura e o Desenvolvimento da ONU/UNESCO em 1993.

Furtado é, ao lado de outros colaboradores da CEPAL – em particular do secretário geral da instituição, Raúl Prebisch –, o grande teórico do subdesenvolvimento, fenômeno específico e historicamente determinado,

para o qual o processo de industrialização seria a condição decisiva à superação dos seus principais aspectos: a pobreza, a desigualdade e o atraso econômico. Não obstante, Bastos, Grandi e Saes (2017, p. 417, nota de rodapé 28) acrescentam que:

Furtado considerava que a superação do subdesenvolvimento não dependia apenas da industrialização em si, mas de um padrão tecnológico definido autonomamente, orientado para o atendimento das necessidades da população historicamente excluída dos frutos do progresso técnico e adaptado à “dotação de fatores” local, ou seja, que não fosse intensivo em capital e sim em trabalho. Se a escolha da tecnologia mimetizasse as técnicas produtivas usadas nos países centrais para produzir bens de consumo duráveis acessíveis apenas a uma minoria nas periferias, a heterogeneidade característica do subdesenvolvimento seria preservada, à medida que uma parcela significativa da população continuaria alheia aos frutos do progresso técnico. Isto acabaria levando à estagnação que marcaria a inviabilidade do desenvolvimento e da própria industrialização, por conta da carência de mercados gerada pelo subconsumo das massas.

Tal argumento, embora já estivesse presente em *Formação econômica*, foi sendo gradualmente refinado em trabalhos subsequentes para assumir sua versão mais bem acabada nos trabalhos do autor das décadas de 70 e 80. Sua análise histórico-estruturalista acerca da industrialização em países subdesenvolvidos identifica problemas recorrentes, tais como o desequilíbrio externo, a pressão inflacionária, a concentração de renda e as disparidades regionais, que, ao serem frequentemente reproduzidos ao longo do tempo, faz redefinir a relação de dependência centro-periferia. No mundo subdesenvolvido, o crescimento econômico tende a provocar distorções no balanço de pagamentos, seja pelo aumento do afluxo de capitais vindos do exterior, seja pela expansão das importações em nível descompassado com a capacidade de absorção da economia doméstica. Frente a tal situação, inflação e desequilíbrio externo surgem como os resultados mais previsíveis

em decorrência das modificações estruturais da economia, que podem assumir formas bruscas ou graduais e cujos impactos se dão sempre em termos agregados sobre o perfil da demanda e a composição da oferta.

Nesse passo, ressalta-se um dos principais desafios do país frente ao cenário de crise internacional financeira e comercial: a necessidade de se aumentar a resiliência da economia em relação às flutuações de sua capacidade de importar – problema estrutural da economia brasileira identificado pelo autor desde a publicação dos seus primeiros estudos. Em trabalhos elaborados pouco tempo depois, ao longo da década de 1960, Furtado chegou a subdividir a análise do desenvolvimento dos países latino-americanos em três fases distintas relativas às mudanças nas taxas de crescimento da capacidade de importar, o que corresponde a dizer aos diferentes estágios do processo de substituição de importações (SZMRECSÁNYI, 2007, p. 394).

Ao comentar sobre *Formação econômica do Brasil*, Coutinho (2008) pontua que a industrialização por substituição de importações congrega duas fontes de incremento da produtividade. Uma seria pela transferência do fator trabalho do setor de subsistência para ocupações industriais e urbanas com processos de produção mais complexos e sofisticados. A outra fonte seria pela essência das próprias atividades industriais, que desenvolvem certo nível de progresso técnico ao perseguirem aumentar sistematicamente a produtividade física dos bens de capital, ou seja, dos seus equipamentos. Nesse sentido, os padrões tecnológicos da indústria brasileira sempre estiveram na total dependência dos países desenvolvidos e, portanto, há do ponto de vista histórico uma espécie de mimetismo tecnológico que representa um dos fatores a obstaculizar estruturalmente a superação do subdesenvolvimento.

Em *Teoria e política do desenvolvimento econômico*, livro publicado pela primeira vez em 1967, Furtado já havia apresentado as bases teóricas que explicam algumas das modificações estruturais mais importantes em consonância com a discussão sobre política de desenvolvimento. Na quinta e última parte do livro, questões tais como as tendências à estagnação

econômica e ao desequilíbrio externo já estão bem assentadas na perspectiva analítica do autor, além da crítica às doutrinas do FMI, tema de destaque de *Não à recessão e ao desemprego* e também do livro anterior de 1982.

Após nove anos de atividade como economista da CEPAL, Furtado notou que o conjunto de teorias econômicas que ele havia conhecido durante sua passagem pela Europa não oferecia respostas satisfatórias à maioria dos problemas ligados ao subdesenvolvimento dos países periféricos. Foi dessa necessidade de se construir um corpo teórico voltado especificamente para os dilemas do subdesenvolvimento, que Furtado iniciou sua crítica à industrialização substitutiva de importações, levada a cabo pelos países latino-americanos a partir dos anos 1930, que explicita os nexos de mútua determinação entre a persistência do subdesenvolvimento e a dependência externa. Procurando identificar o sentido e as potencialidades da industrialização latino-americana, Furtado buscou em seus trabalhos captar a especificidade do subdesenvolvimento tanto em suas estruturas particulares como em suas relações com o sistema capitalista mundial e, sobretudo, com as economias centrais.

Oliveira (1986), que chegou a trabalhar com Furtado na SUDENE, pontua que o campo teórico cepalino traz em sua heterodoxia certos elementos da economia neoclássica, mas, principalmente, do keynesianismo e mesmo do marxismo. Não obstante, todas essas referências são redefinidas em uma nova abordagem inteiramente original. O pressuposto teórico básico é que o subdesenvolvimento não é uma etapa de um processo linear e evolucionista de crescimento pelo qual passam as economias subdesenvolvidas até se tornarem economias capitalistas maduras, num movimento à la teoria rostowiana. Para Furtado, e os cepalinos, o subdesenvolvimento é um produto específico do sistema capitalista internacional desde sua formação, isto é, desde a expansão mercantilista da Europa em direção às colônias do Novo Mundo. Furtado chama nossa atenção para a necessidade de um olhar global do sistema capitalista que leve em conta o que é invariante em suas estruturas e o que surge de especificidades históricas e está, portanto, em permanente transformação. Distante do

caráter a-histórico típico da teoria econômica neoclássica, a perspectiva furtadiana do subdesenvolvimento articula economia e história e nega tanto as economias subdesenvolvidas como criações a partir de suas próprias forças, quanto serem apenas uma etapa do desenvolvimento capitalista.

Por sua parte, o desenvolvimento é entendido como o processo de expansão do sistema produtivo pelo qual a sociedade amplia suas bases materiais. Representa a progressiva ampliação da produtividade do trabalho, logo, da renda e do produto nacional. Furtado acrescenta em seu livro *A pré-revolução brasileira*, de 1962, que o desenvolvimento comporta uma outra dimensão que ele chama de satisfação das necessidades básicas da sociedade, pois o alargamento das bases materiais é, no limite, a condição essencial para a plenitude do desenvolvimento humano. Em outras palavras, é a condição *sine qua non* capaz de compatibilizar a estrutura produtiva à estrutura social. Nesse passo, o desenvolvimento autodeterminado tão defendido por Furtado corresponde, pelo lado da estrutura produtiva, a um nível interno de poupança que viabilize a capacidade do capital de investir, um determinado padrão tecnológico e uma oferta adequada de mão de obra qualificada e semiquificada. Além disso, o sistema produtivo deve ser diversificado e integrado. Quanto à estrutura social, Furtado pressupõe um relativo equilíbrio de forças entre empresários e trabalhadores em um padrão de luta de classes que conceda legitimidade às reivindicações dos assalariados e que garanta sua participação nas decisões econômicas.

Dessa forma, os ganhos de produtividade podem se converter em aumentos de salário real, correspondendo assim a um duplo estímulo ao desenvolvimento. Por um lado, com o incremento da renda disponível, o consumo aumenta e a massa de assalariados passa a demandar uma variedade maior de bens e serviços que estimularão transformações na estrutura produtiva. Por outro lado, salários maiores deixam os trabalhadores em posição de barganhar melhores posições na estrutura produtiva, além de estimular o progresso técnico no sentido de introduzir inovações e novos processos produtivos menos intensivos no fator trabalho.

No entender de Furtado, a superação da condição de

subdesenvolvimento das economias depende de uma forma de acumulação de capital que redunde numa socialização dos ganhos de produtividade de tal monta que o excedente possa ser canalizado para a expansão e diversificação do consumo e para o crescimento da taxa de investimento, numa relação de reciprocidade que crie condições para a continuidade do processo de acumulação. Ou seja, os incrementos de renda não podem ser apropriados por apenas uma fração da sociedade – por uma elite econômica, por assim dizer –, mas devem ser distribuídos mais igualitariamente pela população como um todo fortalecendo assim o mercado interno. Entendido como uma configuração social em que se compatibilizam investimento e consumo, o desenvolvimento corresponde a um padrão de distribuição de renda mais igualitário que impede, em última instância, a emergência de formas de marginalização social e de superexploração do trabalho. Respeitadas tais condições, o desenvolvimento torna-se um processo endógeno e, portanto, autônomo.

2. Dívida externa, FMI e ajuste recessivo

O trinômio que abre esta seção do artigo resume bem o contexto histórico sobre o qual Furtado se debruçou no decorrer dos anos 1981-83. Fechando a trilogia composta por *O Brasil "pós-milagre"* e *A nova dependência*, o livro *Não à recessão e ao desemprego* intensifica, em termos consideráveis, o tom de crítica do autor em relação à política recessiva do governo brasileiro como estratégia de combate à crise internacional e ao endividamento externo. Nesse trabalho do autor são retomados e aprofundados argumentos já presentes nos outros dois livros anteriores como, por exemplo, a crítica ao modelo de crescimento baseado no consumo de bens duráveis, o que conduziu ao agravamento da concentração da renda sem a necessária elevação de recursos destinados aos investimentos reprodutivos. Para Furtado, quanto maior a concentração da renda, maior será a fração direcionada ao financiamento do consumo de duráveis e, por conseguinte, mais reduzida se tornará a taxa de poupança. A criação de

fundos formados por meio de poupança compulsória – FGTS, PIS, PASEP – não se mostrou suficiente para garantir um nível adequado de investimentos, dado o caráter do modelo brasileiro de desenvolvimento, principal alvo da crítica de Furtado nesses três livros, voltado para atender sistematicamente o afã consumista da classe média.

A alternativa vislumbrada pelo governo brasileiro de buscar diminuir a absorção interna e estimular as exportações por meio de um ajuste na relação entre câmbio e salários não tivera um efeito positivo imediato, de curto prazo. Pode-se considerar que a política de maxidesvalorização cambial, então implementada por Antonio Delfim Netto, que substituiu Simonsen à frente do Ministério do Planejamento, até teve um relativo sucesso no que diz respeito ao ajustamento externo, mas certamente comprometeu ainda mais o cenário interno ao se mostrar um propagador do aumento dos preços internos da economia. Como consequência das maxidesvalorizações de 30% do câmbio, adotadas em duas ocasiões sendo a primeira em dezembro de 1979, a inflação anual a partir de 1980 alcançou a casa dos três dígitos. O alívio do ponto de vista do desempenho da economia, no entanto, só viria um pouco mais tarde, em 1984, quando se observou uma melhora significativa do resultado da balança comercial associada à recuperação da economia norte-americana e a reativação das exportações brasileira para esse país.

O financiamento do déficit em transações correntes se fazia sistematicamente por meio de empréstimos externos e, assim, o governo brasileiro financiava a economia como um todo levando à expansão do nível da atividade de setores variados pelo menos até 1980. Nesse sentido, o crescimento acelerado da dívida externa acarretou, num interregno de dez anos, incremento de mais de seis vezes da razão entre a renda líquida remetida ao exterior e o PIB brasileiro. Tal participação que era inferior a 1% em 1974, chegou a cerca de 5,7% em 1983 (WERNECK, 1986, p. 554-555).

Malan (1983, p. 72) observa também que a dívida externa líquida do Brasil, correspondente à dívida bruta descontada as reservas, saltou de US\$ 6,2 bilhões, ao final de 1973, para a impressionante marca de US\$ 40,2 bilhões em dezembro de 1979, o equivalente a 2,6 vezes o valor das

exportações desse ano que foi de US\$ 15,2 bilhões. Diante desses dados, indaga-se quais eram, em realidade, as raízes da crise do endividamento do Brasil e de outros países do antigo Terceiro Mundo no despontar dos anos 80?

Para alguns autores, o início das tratativas com o FMI frente ao desempenho ruim da economia brasileira em 1981 (retração de 4,3% do PIB) é a constatação de que tais países seriam responsabilizados pela crise mundial, uma vez que o Fundo agiria em defesa dos interesses do capital financeiro, isto é, dos credores internacionais, por meio das condicionalidades macroeconômicas impostas aos países endividados para a viabilização do estabelecimento de um “acordo de cooperação”. Tais credores exigiam fundamentalmente, ou tinham a expectativa de que os governos dos países periféricos como o Brasil se engajassem na tarefa de realizar o equilíbrio (ou o ajuste) monetário dos seus respectivos balanços de pagamento. Para tanto, o Fundo exigia que fosse adotado uma série de medidas restritivas, cujo resultado imediato seria um agravamento do quadro recessivo da economia nacional. Por esta razão, Furtado se opôs veementemente à continuidade das negociações do governo brasileiro com o FMI ao longo de todo o ano de 1982.

Diante dessa conjuntura, no entanto, a economia brasileira apresentava uma especificidade que, a despeito da insustentabilidade da rolagem da dívida externa dada pela impossibilidade de se contrair novos empréstimos, se verificava pela presença de superávits comerciais significativos em especial a partir de 1983. Malan (1983, p. 74) sugere que a política econômica adotada no Brasil entre o final de 1980 e o segundo semestre de 1982 visava “evitar o recurso ao FMI”, o que, como se sabe, não foi possível. O já referido ajuste recessivo, baseado em políticas contracionistas, afetou em cheio o setor industrial que sofreu uma retração da ordem de 10% em termos reais e uma baixa inédita da renda real per capita em 1981. Houve também uma aguda deterioração dos termos de troca, além do aumento da renda líquida remetida ao exterior. Nesse sentido, portanto, cabe tomarmos de empréstimo a indagação do autor: qual foi a serventia da recessão com a inflação de 1981, que permaneceu na casa dos três dígitos, cujo objetivo era evitar o descontrole do balanço de pagamentos?

Tabela 1 - Brasil: inflação, PIB, investimento e saldo da balança comercial, 1980-1989.

Ano	Inflação (%)	Tx. de crescimento do PIB (%)	Tx. de investimento (% PIB)	Saldo da balança comercial (em Bilhões US\$)
1980	100,2	9,3	22,9	-2,9
1981	109,9	-4,3	24,3	1,2
1982	95,4	0,8	23,0	0,8
1983	154,5	-2,9	19,9	6,5
1984	220,6	5,4	18,9	13,1
1985	225,5	7,8	18,0	12,4
1986	142,3	7,5	20,0	8,3
1987	224,8	3,5	23,2	11,1
1988	684,5	-0,1	24,3	19,2
1989	1320,0	3,2	26,9	16,1

Fonte: *Conjuntura Econômica*, FGV, abr. 1999; IBGE; SECEX, [s. d.].

Embora a balança comercial tenha sofrido uma reversão no início da década, passando de um déficit de US\$ 2,9 bilhões para um superávit de US\$ 1,2 bilhão, a situação das transações correntes continuou deficitária, mesmo que a um nível inferior – de US\$ 12,4 bilhões em 1980 se reduziu apenas para US\$ 11 bilhões no ano seguinte – e dos quais US\$ 9,2 bilhões se destinaram ao pagamento de juros sobre a dívida externa. Esta, se incluirmos a dívida de curto prazo, chegou a ultrapassar a marca dos US\$ 70 bilhões ao final de 1981 (MALAN, 1983, p. 74). De qualquer maneira, cabe encerrarmos a presente seção com um trecho do próprio livro do Furtado (1981, p. 49), o qual passaremos em seguida a analisar mais minuciosamente:

Para compreender a situação que se criou nesse período e que levou à quase imobilização do governo como gestor da economia, é necessário ter em conta que o apelo desesperado à poupança externa não resultou de uma política deliberada, que disciplinasse os fluxos financeiros e definisse prioridades no que concerne à utilização de recursos raros, cujo acesso tinha como contrapartida comprometer a autonomias futura do país. Longe de fundar-se na aceitação consciente de um risco, cuja justificação poderia se obter flexibilidade a curto prazo para aumentar a capacidade de autotransformação em período subsequente, o endividamento foi principalmente a contrapartida de uma política antiinflacionária fundada em diagnóstico impreciso e apoiada em instrumentos inadequados.

3. O Brasil “pós-milagre”: o primeiro da trilogia

Em certa medida, muitas das reflexões presentes nesse livro já haviam sido tecidas pelo autor em livro anterior, de 1972, intitulado *Análise do “modelo” brasileiro*. Portanto, os trabalhos da trilogia retomam e aprofundam a perspectiva de Furtado sobre o caráter dependente do (sub)desenvolvimento brasileiro. Ideia que, de acordo com Bresser-Pereira (2001), derivava da crítica aos seus escritos do início dos anos 60.³ De qualquer maneira, nota-se ainda certa esperança do autor, no início dos 80, em alertar as autoridades governamentais para a adequada formulação de um projeto efetivo de desenvolvimento para o Brasil. Mas, para isso, fazia-se mister, em primeiro lugar, a elaboração de um diagnóstico preciso sobre a situação presente após dezesseis anos de condução do país pelos militares.

Uma das revelações que aparece em *O Brasil pós-“milagre”* é a de que as origens, ou causas primordiais, da crise do endividamento externo residem nas medidas tomadas pelo governo brasileiro durante o período conhecido como o “milagre econômico”, isto é, entre 1968 e 1973. Furtado contradiz, portanto, os autores que atribuem à gestão de Ernesto Geisel (1974-1979),

3 Trata-se dos seguintes títulos de Furtado: *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961); *A pré-revolução brasileira* (1962); e *Dialética do desenvolvimento* (1964).

e por conseguinte à execução do II PND, a responsabilidade exclusiva pela insustentabilidade e o descontrole do pagamento da dívida externa.⁴

O ponto central do livro se vincula ao fato de que o crescimento econômico exacerbado ocorrido durante o “milagre”, em especial do setor manufatureiro, se deu sem que a estrutura produtiva do Brasil “alcançasse níveis mais altos de capacidade de autotransformação” (FURTADO, 1981, p. 40-41). Esta questão, portanto, da elevação da capacidade de autotransformação do sistema econômico nacional é parte importante da reflexão crítica do autor, elaborada no início dos anos 80, sobre os erros do modelo de desenvolvimento do governo militar e que, por sua vez, se agravaram após a nova conjuntura decorrente da alteração dos preços relativos da economia, acarretada em virtude do primeiro choque internacional do petróleo.

Para o autor, o afluxo de recursos a baixo custo para o Brasil produzia a ilusão da flexibilidade aos setores industriais, que buscavam se reequipar a níveis tecnológicos superiores até quando as condições para a tomada dos empréstimos externos permanecessem favoráveis. Nesse contexto, a dívida externa que em 1964 era da ordem de US\$ 3 bilhões chegou a aproximadamente US\$ 13 bilhões em 1973. O setor de bens de capital, em particular, se beneficiou de um aumento considerável das importações de equipamentos, cuja taxa anual de crescimento foi de 28% em termos reais, entre 1969-74. Tal abertura, segundo Furtado (1981, p. 41), só teria sido de fato benéfica aos propósitos do desenvolvimento se tivesse ocorrido concomitantemente a um aumento das exportações de bens de maior conteúdo tecnológico em comparação ao movimento das exportações dos setores tradicionais, como o da agropecuária. Contudo, o que se observou foi um constante e galopante processo de endividamento exterior, ou seja, esta foi a principal contrapartida.

Em paralelo a esse ponto, há o argumento furtadiano acerca da baixa propensão a poupar dos beneficiários da concentração de renda ocorrida durante o período do “milagre”. Contrariando as expectativas otimistas em

4 Dentre os autores, destaca-se Fishlow (1986).

relação ao desempenho econômico desse período, o incremento da renda observado no início dos anos 70 não conduziu ao aumento da propensão a poupar dos segmentos que mais se beneficiaram. Na realidade, houve considerável concentração da renda em virtude da transferência de recursos dos consumidores de mais baixo nível de vida para os extratos médio e altos de renda. Furtado (1981, p. 42) aponta para a existência de um modelo de desenvolvimento implementado pelos militares de caráter essencialmente antissocial, dado o descompasso por ele gerado entre o nível de consumo, o baixo nível de poupança interna e as perdas reais do salário básico no país, ou seja, entre a renda média da população brasileira.

Em síntese, no decênio compreendido entre 1964 e 1973, não obstante um considerável aumento do produto interno, não se assinala na economia brasileira nenhum ganho de autonomia na capacidade de autotransformação, nem tampouco qualquer reforço da aptidão da sociedade para autofinanciar o desenvolvimento (FURTADO, 1981, p. 43).

O problema principal imposto ao Brasil após o choque externo de 1973 consistia em dar continuidade às formas de financiamento visando ampliar a base do setor industrial, aumentar o coeficiente de exportação e reestruturar a matriz energética. No entanto, nosso autor se pergunta: “Como alcançar esses três objetivos sem modificar um modelo de desenvolvimento que esteriliza parte da poupança canalizando-a para o financiamento do consumo?” (FURTADO, 1981, p. 46). Em outras palavras, quais seriam as possibilidades concretas existentes à época para se continuar com o financiamento dos investimentos produtivos no país?

Sabe-se que a alternativa escolhida, pautada na ideia do crescimento via endividamento, teve como aliado preferencial o órgão responsável por administrar a moeda e o nível interno de liquidez da economia. Entre 1974-79, bancos e empresas privadas com acesso direto à poupança externa foram autorizados a depositar os recursos no Bacen, que passou a se responsabilizar pelo pagamento dos juros e a assumir todo o risco cambial que

eventualmente pudesse emergir. Tais recursos, cujo formato era o de linhas de crédito *stand-by* à disposição das empresas, permitiam às firmas estrangeiras apropriar-se de parte nada desprezível da renda nacional, por meio da especulação no mercado monetário e da aquisição de haveres não monetários, como títulos públicos de alta liquidez emitidos pelo governo brasileiro. Em essência, seus ganhos decorriam da remuneração advindas de taxas de juros mais elevadas em comparação com as vigentes no mercado financeiro internacional. Assim, os recursos aplicados no país estavam, grosso modo, cobertos pelo Bacen dos riscos cambiais que essas operações embutiam, além de estarem também garantidos contra à corrosão inflacionária (FURTADO, 1981 p. 50-51).

A crítica de Furtado passa por buscar entender se esse endividamento se justificava pelo esforço de se transformar a estrutura produtiva do país através do aumento da sua capacidade de autotransformação, mas, contudo, os dados os quais o autor recorreu não confirmam essa hipótese, pois o nível de investimento entre 1975-79 foi algo muito próximo ao do quinquênio 1970-74, em torno de 24%. Ou seja, as evidências históricas indicam que a taxa de formação de capital fixo se manteve estável no decorrer dessa década, ao passo que o nível de poupança se contraiu frente ao aumento constante da participação do consumo no PIB.

Nota-se também que essa estabilização do nível de investimento no Brasil foi acompanhada por uma ligeira elevação do coeficiente de exportação. Contudo, o mais preocupante segundo Furtado (1981, p. 54), consistia na queda da relação produto-capital, uma evidência da queda de produtividade da economia, e na manutenção de um nível baixo de poupança, aspecto que deveria ser revertido por toda e qualquer política de desenvolvimento, independentemente de seus objetivos centrais. A isto, soma-se o fato de que o serviço da dívida externa concorria diretamente com os investimentos na drenagem da poupança total. Em suma, Furtado (1981, p. 51) observa o seguinte:

O custo desse endividamento para a sociedade foi tanto maior

quanto em grande parte ele foi o fruto das facilidades dadas aos especuladores que realizavam operações de arbitragem no mercado de dinheiro, financiando-se no exterior a baixo custo sem incorrer em qualquer risco cambial. Como a utilização desses recursos dentro do país estava ao arbítrio de empresas e/ou intermediários que os obtinham no exterior, as autoridades monetárias se viram progressivamente cerceadas em sua capacidade de levar adiante uma política de controle da criação de liquidez. Em síntese: em 1979, no momento da segunda elevação dos preços do petróleo, a situação dos centros de comando da economia brasileira era de semiparalisia; quase nenhum espaço lhes restava para manobrar, seja no campo fiscal, seja no monetário, seja no cambial. As forças que os imobilizavam eram as mesmas que arrastavam o país ao crescente endividamento externo, forçando-o a aceitar taxas de juros e prazos de amortização cada vez mais onerosos.

Essa semiparalisia era, ao que tudo indica, uma das principais preocupações de Furtado nesse início dos anos 80; uma decorrência, não há dúvidas, da nova dependência, ou subordinação, das autoridades monetárias do Brasil em relação aos credores financeiros internacionais. Fruto da internacionalização do sistema monetário dos países periféricos, portanto, a política do endividamento externo, visando a manutenção dos encargos da dívida (isto é, sua rolagem), restringia o raio de ação do Bacen ao mesmo tempo em que incrementava a parcela da renda que era apropriada por esses mesmos intermediários financeiros transnacionais (FURTADO, 1981, p. 64).

A perda de autonomia do Bacen com respeito ao controle interno da liquidez, portanto, do regime monetário nacional, era também causa e consequência de outros desequilíbrios internos, como a disparada e descontrole da inflação. A esse respeito, Furtado (1981, p. 79) argumenta acerca do imediatismo da política de combate inflacionário então pensada pelo governo brasileiro à época, sem deixar de criticar certa(s) corrente(s) da análise econômica:

Assim, os que imaginam que a inflação é fenômeno essencialmente

monetário, dão por certo que ela pode ser corrigida a curto prazo, ou seja, sem modificações na estrutura do sistema. De alguma forma isto é verdade, mas implica em ignorar as consequências a mais longo prazo da política antiinflacionária. Recupera-se o equilíbrio mediante a subutilização da capacidade produtiva, portanto com um custo social considerável; e nada assegura que, retomada a expansão, manter-se-á o equilíbrio, pois este reflete uma situação de distribuição da renda que fora imposta à coletividade mediante a recessão. É por esta razão que a política antiinflacionária de curto prazo deve inserir-se em uma política de modificação estrutural, que, por definição é de longo prazo. A correção de um desequilíbrio externo não é senão outro aspecto desse problema. Assim, a degradação persistente dos termos de intercâmbio provoca deslocamentos – modificações na distribuição da renda – que são diversas se ela resulta de elevação dos preços das importações (ou dos de um produto importante como o petróleo) ou de baixa dos preços das exportações. Neste segundo caso o efeito depressivo é imediato, ao passo que no primeiro o efeito imediato é inflacionário.

A situação de deterioração do sistema econômico brasileiro, evidenciada pela crise do endividamento, e a perda de controle da gestão macroeconômica por parte do governo Figueiredo pareciam se retroalimentar e, atento a esta correlação danosa que, segundo Furtado, poderia hipotecar o futuro do país e cujo resultado só poderia ser o agravamento da recessão, o autor formulou quatro recomendações às autoridades governamentais visando a reconstrução dos setores produtivos e que deveriam servir de base para um renovado projeto de desenvolvimento econômico de longo prazo.

A primeira recomendação diz respeito à necessidade de se elevar a taxa de poupança disponível para o investimento reprodutivo, pois tratava-se da modificação estrutural de maior relevância e condição necessária para que a economia brasileira pudesse recuperar sua capacidade de autotransformação, de modo a absorver os desequilíbrios interno e externo que a fazem declinante e socialmente desigual. Para Furtado, não bastava reduzir o déficit do setor público e introduzir medidas de poupança compulsória, como

cogitado por alguns naquele contexto, se o resultado dessa economia de recursos continuasse sendo direcionado para subsidiar investimentos em setores que reforçavam o caráter antissocial e concentrador de renda do desenvolvimento preconizado pelo regime militar (FURTADO, 1981, p. 80-81).

A segunda recomendação refere-se à modificação da forma de inserção da economia brasileira no sistema de divisão internacional do trabalho. A curto prazo o objetivo do governo, segundo Furtado, deveria ser o de frear o processo de endividamento e renegociar os prazos e condições do pagamento da dívida, reduzindo o seu peso especialmente durante o período de recessão das economias centrais. Tais objetivos poderiam ser perfeitamente alcançados sem a submissão e tutela externas, situações tão prejudiciais quanto a suposta racionalidade tecnocrática do FMI, cujo receituário macroeconômico tendia a conduzir para uma combinação de retração do produto interno e perda de autonomia de decisão dos Estados endividados, perpetuando assim o subdesenvolvimento e, portanto, toda uma miríade de mazelas sociais (FURTADO, 1981, p. 82).

Se, por fim, o terceiro ponto menciona exatamente este último aspecto, qual seja, o de liberar a massa da população do círculo vicioso da pobreza, em particular a parcela rural (os minifundistas), o quarto ponto consiste na necessidade de se diminuir os custos da matriz energética nacional e de repensar a questão espacial relativa à localização das atividades industriais e ao tipo de ocupação territorial desencadeado nos grandes centros urbanos do país. Nas palavras do autor:

Uma economia de grande espaço, voltada para o mercado interno e que enfrenta preços relativos crescentes de combustíveis líquidos deve procurar minimizar os seus custos de transporte, portanto, descentralizar a atividade industrial liberando-se, pela inovação técnica, de muitos dos atuais imperativos da economia de escala. No caso da agricultura, a preeminência da biomassa como fonte energética cria a possibilidade de ampla descentralização na produção de insumos. Optar pela solução inversa, pretendendo

enquadrar a transformação do sistema energético nos atuais padrões de localização industrial e de concentração urbana, é optar pela agravação dos problemas sociais e sobrecarregar o sistema econômico com custos crescentes (FURTADO, 1981, p. 88).

Decepcionado com as medidas políticas que viriam a marcar o último mandato presidencial dos militares no país, antes, portanto, do retorno à democracia em meado dos anos 80, Furtado continuaria dando sua contribuição ao debate de ideias ao escrever trabalhos teóricos e interpretativos sobre a realidade do subdesenvolvimento brasileiro e latino-americano. Primeiro, em virtude de sua própria personalidade, por ser um intelectual engajado, obstinado e, em alguns momentos, até otimista, e, em segundo lugar, pelo seu compromisso na construção de um país mais próspero economicamente e justo socialmente, mediante o seu protagonismo como formulador de diagnósticos lúcidos e prognósticos factíveis acerca das condições e possibilidades materiais e culturais da periferia do sistema capitalista.

4. *A nova dependência*: o segundo da trilogia

O que explica o título desse livro de 1982? Quais são as principais características da chamada “nova dependência”? As respostas exigem um delineamento da análise construída por Furtado ao longo do livro que, já em suas primeiras páginas, aponta para o quadro dramático da economia brasileira dos primeiros anos da década de 1980. O país, segundo o autor, enfrentava uma situação na qual o serviço da dívida externa (juros + amortizações) absorvia cerca de 80% das receitas de suas exportações e era três vezes superior ao valor das reservas cambiais mantidas pelo Bacen. O problema fundamental decorria do fato do endividamento se mostrar perene e incontornável e a rolagem da dívida acabava por engendrar um fluxo contínuo de novos débitos externos que tendiam a crescer a um ritmo mais rápido do que o produto interno brasileiro (FURTADO, 1982, p. 17-18).

Dividido em sete capítulos, *A nova dependência* fornece uma das

melhores avaliações sobre o movimento histórico que conduziu a economia brasileira à crise da dívida externa no início dos anos 80. Livro de diagnóstico, portanto, que comporta também uma postura militante do autor de oposição crítica à forma de conduzir a política econômica pelos governos militares, pois, de acordo com suas palavras: “O processo de endividamento externo brasileiro deve ser observado no quadro mais amplo das transformações ocorridas no sistema bancário e financeiro do País a partir da metade dos anos 60” (FURTADO, 1982, p. 25).

O argumento do autor que se sobressai nesse segundo livro da trilogia é o de que o centro de decisão acerca das questões econômicas nacionais foi perdendo o controle sobre a criação da liquidez e a fiscalização das operações bancárias dentro do país. Como um obstáculo a tal controle, o regime militar aprovou um conjunto de leis extremamente favorável aos bancos de investimento que, por sua vez, se expandiram em termos consideráveis a partir de 1966 com a regulamentação de suas atividades no mercado interno de capitais. A proposta alternativa de se criar um mercado secundário de títulos a longo prazo, por exemplo, foi suplantada pelo movimento de integração de tais bancos ao sistema financeiro internacional. Para se ter uma ideia a esse respeito, a captação de recursos provenientes do exterior já correspondia, em 1972, a mais de duas vezes os recursos próprios (capital + reservas) desses intermediários financeiros. Ademais, o incentivo para que eles operassem com recursos captados fora do país aumentava toda vez que o risco cambial fosse assumido pelo Bacen (FURTADO, 1982, p. 27).

Os bancos de investimento tinham como clientes preferenciais as subsidiárias de empresas estrangeiras. Sob condições de empréstimos extremamente favoráveis, em função do apoio externo de que desfrutavam, os grupos transnacionais passaram a controlar gradativamente as atividades produtivas do país, uma vez que o acesso facilitado às fontes externas de financiamento desestruturou a antiga base oligopólica do sistema bancário brasileiro. As autoridades monetárias, por seu turno, continuavam captando poupança interna via emissão de títulos públicos para disponibilizá-la aos bancos de investimento e, assim, o arcabouço institucional erguido pelo

governo Castello Branco, e aprofundado pelas outras duas gestões presidenciais (Costa e Silva e Médici), determinou em definitivo o atrelamento dos bancos brasileiros ao sistema financeiro internacional. De acordo com Furtado (1982, p. 28-29), tal resultado fornece os contornos do modelo de desenvolvimento baseado no endividamento, cujo descontrole já se fazia evidente a partir de 1974.

Em conjunto com outros instrumentos de política monetária, como o redesconto e as reservas bancárias compulsórias, as operações de *open market* facultavam aos bancos remunerar parte do seu encaixe e desenvolver operações interbancárias antes legalmente proibidas, além de constituir uma esfera de valorização dos capitais em aplicações de curto prazo. De acordo com Furtado (1982, p. 30):

A emissão de títulos com correção monetária, ao permitir a formação de um mercado de papéis do Tesouro criou a possibilidade de intervenções do Banco Central, sob a forma de operação de mercado aberto, como meio adicional de controle da criação de liquidez pelo sistema bancário. O instrumento adequado a esse fim foi encontrado nas Letras do Tesouro Nacional (LTN) instituídas pelo decreto 1.079 de 20 de janeiro de 1970. Esses títulos tanto foram utilizados para financiar o déficit do Tesouro como para dar cobertura à entrada de capitais em dinheiro, ou seja, para evitar que a expansão dos empréstimos bancários, como base em recursos captados no exterior, inflasse excessivamente os meios de pagamento.

Não obstante à intenção do governo supramencionada, Furtado (1982, p. 30) afirma que em economias inflacionárias como a brasileira a moeda é frequentemente substituída por formas de quase-moeda. Por isso, os títulos públicos com correção monetária e alta liquidez passaram a assumir cada vez mais as funções de uma verdadeira moeda, isto é, de reserva de valor e meio de pagamentos. Sob tais circunstâncias, as ORTN e LTN se transformaram em instrumentos de captação de poupança privada, dando origem a um processo crescente e irremediável de endividamento.

A isso, soma-se o fato de que os instrumentos de política monetária foram perdendo eficácia com o passar do tempo ao falharem em traçar com clareza o raio de ação do Bacen visando o controle efetivo sobre o nível de liquidez da economia brasileira. Além disso, as mudanças estruturais requeridas para que o mercado de crédito proporcionasse recursos a prazos mais alongados foram sendo minadas diante das “facilidades criadas pelo atrelamento dos bancos às fontes externas de liquidez” (FURTADO, 1982, p. 31).

Segundo Franco (2017, p. 472), as reformas monetárias dos anos 1960 e 1970 tinham um caráter meramente “estético”, pois traziam dispositivos que conduzia à “convivência de duas moedas”. A correção monetária já se mostrava bem instituída e disseminada, sobretudo após o decreto-lei 857 de 1969 ter removido o nominalismo da lei monetária, e de as leis 6.205 e 6.423, de 1975 e 1977 respectivamente, terem regulamentado o uso do salário mínimo e da ORTN como índices de correção monetária.

Já nos quadros do II PND, ou seja entre 1974-79, a necessidade latente de ampliar as fontes de financiamento do Estado conduziu a formas diferenciadas de poupança compulsória e a uma vigorosa expansão da dívida interna, tendo a liquidez e a rentabilidade dos títulos da dívida pública induzido as empresas a reduzirem suas imobilizações em ativos monetários ao operarem com um mínimo de encaixes face a contratos com prazos demasiadamente curtos. Nessas condições, Furtado (1982, p. 38) observa que “a criação de liquidez deixa de ser um privilégio do sistema bancário.” Adicionalmente, a descrição a seguir sobre o círculo vicioso do endividamento demonstra com lucidez os equívocos das medidas então adotadas pelo governo brasileiro no período em tela, que levaram à insustentabilidade do serviço da dívida externa.

Com vistas a facilitar a entrada de recursos externos sob a forma de empréstimos em moeda – de que necessitava para o serviço da dívida – o Banco Central aumentou significativamente a taxa de depósitos compulsórios dos bancos comerciais, ao mesmo tempo que liberava as taxas de juros. Tratava-se, entretanto, de uma

medida que punha em marcha novos fatores de desequilíbrio, pois fazia crescer o custo da dívida interna e tornava imprescindível a criação de linhas de crédito subsidiado ao setor exportador e correlatos. Em realidade, a elevação das reservas compulsórias não tinha nenhum efeito anti-inflacionário, no plano monetário, pois os recursos transferidos para o Banco Central eram reinjetados na economia sob a forma de subsídios, e tinha efeitos inflacionários, no plano econômico, na medida em que elevava os encargos financeiros das empresas. Os recursos externos eram assim atraídos ao custo do dismantelamento de parte dos meios de controle do sistema econômico (FURTADO, 1982, p. 39).

O exame acerca de alguns indicadores do balanço de pagamentos não deixa dúvidas a respeito da validade dos argumentos furtadianos aqui examinados, fundamentalmente, o da perda de controle do sistema econômico nacional por parte das autoridades governamentais. Evidências a esse respeito não faltam, a começar pelo descalabro que acossou as grandes empresas estatais que se tornaram, no decorrer da década de 1970, as principais fontes de pressão sobre o Tesouro Nacional.

A elevação do custo da dívida externa, após o incremento dos juros internacionais em 1979, também contribuiu para a perda de rumo da gestão macroeconômica do governo brasileiro. Os pagamentos líquidos de juros se elevaram de 2,7 bilhões de dólares, em 1978, para 6,3 bilhões em 1980 e 8,3 bilhões no ano seguinte, até alcançar a marca de 11 bilhões de dólares em 1982, como se pode notar na tabela a seguir. Internamente, a equipe econômica do governo e o Bacen demonstraram ter perdido o controle do manejo da política econômica ao responder também com elevação de juros e ao acatar, “por meios monetaristas”, a terapêutica recessiva e antissocial do FMI, a qual causara distorções significativas nas estruturas de custo do setor produtivo em benefício apenas dos intermediários financeiros (FURTADO, 1982, p. 40-41).

Tabela 2 – Brasil: indicadores do balanço de pagamentos (em bilhões US\$)

	1973	1974	1978	1980	1981	1982
a. Dívida bruta	12,6	17,2	43,5	53,8	61,4	74,4
b. Reservas	6,4	5,3	11,9	6,9	7,5	-
c. Dívida líquida	6,2	11,9	31,6	46,9	53,9	-
d. Amortizações	-2,1	-1,9	-5,4	-6,7	-7,7	-7,2
e. Juros líquidos	-0,5	-0,7	-2,7	-6,3	-8,3	-11,0
f. Serviço da dívida (d+e)	-2,6	-2,6	-8,1	-13,0	-16,0	-18,2
g. Conta corrente	-1,7	-7,1	-6,0	-12,5	-10,9	-13,8
h. Exportações	6,2	8,0	12,7	20,1	23,5	23,0
i. Importações	-6,2	-12,6	-13,7	-23,0	-22,3	-22,0
c/h	0,99	1,50	2,50	2,33	2,29	-
f/h	0,42	0,33	0,64	0,65	0,68	0,79
e/h	0,08	0,08	0,21	0,31	0,35	0,48

Fonte: Furtado, 1982, p. 47.

Furtado (1982, p. 43) é preciso ao pontuar que havia nesse contexto da crise da dívida três problemas principais a serem enfrentados. O primeiro referia-se à necessidade de reequilibrar a conta corrente do balanço de pagamento, “excluídas as partidas ligadas ao serviço da dívida e adicionado o saldo da entrada líquida de capitais de risco”. O segundo problema exigia que o governo encontrasse alguma alternativa para evitar que o serviço da dívida reduzisse a capacidade de importar derivada das exportações. O terceiro seria a restituição da credibilidade externa do país, de modo a viabilizar a obtenção de novos recursos visando reforçar a posição do balanço

de pagamentos, “em projetos já em curso de execução ou em novos”. A resolução desses problemas, contudo, requeria medidas de disciplina das importações e de outros gastos em divisas, mudanças na orientação dos investimentos e um incremento consistente e célere das exportações que, todavia, dependia da hipótese acerca da continuidade da expansão do comércio internacional.

Em síntese, o serviço da dívida, que vinha sendo coberto desde o início dos anos 1970 mediante novas operações de crédito, representava o aspecto financeiro mais evidente da perda de soberania nacional, isto é, da “nova dependência”. Furtado chega inclusive a simular cenários diferentes relativos às possibilidades de administração, em termos sustentáveis e razoáveis do ponto de vista das finanças públicas, do serviço da dívida. Para não cansar o leitor, cita-se, em nota de rodapé, um desses cenários formulados pelo autor. De qualquer modo, tal situação, mesmo com um eventual equilíbrio da conta corrente do balanço de pagamentos, deixaria o Brasil, seja qual fosse o cenário mais realista, diante de um custo crescente e impagável em virtude do escalada do nível internacional de juros.

5. Não à recessão e ao desemprego: o último da trilogia

Em paralelo à publicação desse terceiro livro, Furtado voltaria em redemocratização em apoio à campanha das Diretas Já. Além da Anistia, a sociedade brasileira testemunhou durante o governo Figueiredo a extinção do

5 “Suponhamos que os juros reais se fixem em torno de 7 por cento – nível substancialmente inferior ao que prevaleceu no passado recente – e que o serviço da dívida seja refinanciado em sua totalidade sem novos encargos; dentro de um decênio o principal teria dobrado, ou seja, alcançaria 170 bilhões de dólares, aos preços de 1982. Ora, se a taxa de incremento do PIB se mantém ao baixo nível previsto para a primeira metade do decênio (3,5 por cento), em 1992, não obstante o declínio substancial na taxa de juros, o montante da dívida corresponderá a 40 por cento do PIB, contra 30 por cento atualmente. Ademais, mesmo admitindo-se uma taxa de amortização de 10 por cento anual, o serviço terá subido de 18 para 29 bilhões. Se o coeficiente de exportação se mantém estável, a razão serviço da dívida/exportação crescerá de 78 para 83 por cento. Desta forma, mesmo admitindo o equilíbrio da conta corrente na forma definida e o completo refinanciamento da dívida, o que significa que o País se privará totalmente de poupança externa para fins de financiamento da formação de capital fixo, a situação do balanço de pagamentos será de crescente precariedade, o que não poderá deixar de influir negativamente sobre o crédito externo. Uma situação como essa terá que acarretar elevação nas taxas de juros, fechando o círculo infernal que conduz à bancarrota” (FURTADO, 1982, p. 44-45).

bipartidarismo e o surgimento do novo sistema pluripartidário, que veio a permitir, portanto, mais opções de escolhas ao eleitorado que não apenas a Arena e o MDB. O partido governista que substituiu a Arena foi o PDS (Partido Democrático Social), precursor dos atuais PP (Partido Progressista) e Democratas (DEM), ao passo que o trabalhismo brizolista emergiu como dissidência da velha legenda do getulismo, o PTB, com a fundação do PDT (Partido Democrático Trabalhista).

Furtado retornaria à cena política nacional ao se filiar ao PMDB em 1981. A campanha de 1984 para eleição presidencial por via indireta o estimulou a participar das discussões de formação da chapa da Aliança Democrática, que reunia o PMDB e a chamada Frente Liberal, vinculada a Tancredo Neves. Um dos aspectos mais destacados pela crítica furtadiana do período se voltava para a missão do FMI no Brasil, a qual impelia o governo brasileiro a ter que escolher entre reduzir os salários reais e aumentar o desemprego. Portanto, o objetivo de tal política era aprofundar o quadro recessivo da economia de modo a fazê-la se adaptar ao nível mais baixo de sua capacidade de importação e ao incremento dos saldos exportadores, em atendimento às prescrições políticas do Fundo e dos credores internacionais. O fato é que o acordo de empréstimo assinado com o Fundo em janeiro de 1983 impôs limites severos à liberdade de ação da gestão Figueiredo sobre a política econômica. O governo deveria buscar compatibilizar o atendimento das obrigações externas do país com a retomada do crescimento econômico, pois o incremento do saldo da balança comercial “não pode ser desligado da expansão do mercado interno e, muito menos, basear-se na recessão” (FURTADO, 1983, p. 40).

O ajuste recessivo é, segundo o autor, um tipo de política que só faz sentido ser adotada em países com elevados níveis de renda, com política de seguridade social e proteção ao emprego, reservas de câmbio em níveis adequados e amplo acesso ao crédito externo. Definitivamente, não era esse o caso do Brasil no início dos anos 1980, quando o governo autoritário-tecnocrático havia perdido por completo a sua capacidade de manejar adequadamente a política monetária, o controle sobre a liquidez, o custo do

dinheiro, a fiscalização às instituições financeiras, a política cambial etc. Para Furtado (1983, p. 16), o projeto econômico dos militares conduziu o Brasil a “uma excessiva abertura financeira que restringiu consideravelmente nossa autonomia de decisão” e, por isso, fazia-se necessário recuperar a condução autônoma dos instrumentos da política nacional. Seus alertas e recomendações estão sumarizados a seguir:

Os objetivos são claros: recuperar o controle dos circuitos monetários e financeiros – o que exige recolocar o Banco Central em sua função de eficaz fiscalizador dos intermediários financeiros, de controlador da liquidez do sistema econômico e de administrador das taxas de juros –, dotar o setor público de bases de financiamento que não asfixiem o setor privado – o que exige uma reforma fiscal que conduza efetivamente à elevação da taxa de poupança e uma consolidação da dívida pública interna em bases suportáveis pela sociedade – e restaurar o cruzeiro como única moeda de conta da economia.

Recuperados os instrumentos de trabalho será possível redirecionar os investimentos e os gastos públicos em geral. [...] O esforço de investimento é anulado pela baixíssima eficiência resultante da desordem generalizada. O problema inicial não é de nível dos investimentos, e sim de falta de coerência destes. Há investimentos que devem ser desativados, outros que devem ser reestruturados ao nível do horizonte temporal, outros redirecionados funcionalmente, outros ainda ampliados.

Como se trata de reconstruir estruturas, a simples lógica do mercado é insuficiente, conduziria necessariamente a uma ampla subutilização de recursos. Somente uma visão global, traduzida em criterioso planejamento, poderá assegurar a transição para formas mais eficazes de utilização dos recursos disponíveis. Se a produtividade volta a crescer, estarão dadas as condições para que se eleve a taxa de poupança. Este segundo objetivo somente poderá ser logrado de forma estável se o modelo de desenvolvimento é modificado com vistas a reduzir a absorção de poupança em atividades não-produtivas. Se não se obtém a elevação da taxa de poupança persistirão as pressões inflacionárias

e o custo social do desenvolvimento continuará aumentando (FURTADO, 1983, p. 40-43).

Ao final do segundo capítulo do livro, Furtado (1983, p. 54) se pergunta qual seria o futuro do país se os investimentos se encontravam paralisados, as finanças públicas deterioradas, o emprego industrial havia baixado ao nível de dez anos atrás e o custo de vida da população ascendia vorazmente. Em seguida, ele nos dá resposta contundente ao afirmar que o caráter principal da crise não é a iliquidez, pois se tratava de um problema crônico e, portanto, recorrente da economia brasileira. Na realidade, o sintoma da crise decorria de um agravamento do desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos, que vinha se prolongando há mais de uma década. Novamente, a responsabilidade por tal desequilíbrio deveria recair sobre as mudanças operadas no Brasil durante a época do “milagre” econômico, e a solução para a crise se daria pela recuperação do emprego e dos investimentos oriundos de fontes internas de financiamento, para que fosse possível diminuir a vulnerabilidade externa da economia. Observa-se que, caso a estratégia continuasse a se dar mediante abertura crescente ao exterior, o Brasil provavelmente se depararia com taxas menores de crescimento em virtude da retração verificada no comércio internacional no correr da primeira quadra da década (FURTADO, 1983, p. 61).

O grande desafio era, não há dúvidas, o de evitar que a economia brasileira continuasse apresentando quadros recessivos, ou de estagnação, toda vez que a conjuntura externa sofresse algum abalo, uma vez que, “a experiência histórica já nos ensinou que o desenvolvimento do País pode apoiar-se na construção do mercado interno” (FURTADO, 1983, p. 62). Soma-se a isso o fato de que em 1982 a oferta dos créditos bancários internacionais havia se reduzido em 40% comparada ao ano anterior, e a estimativa para 1984 do número de desempregados nos países que compõem a OCDE era de 34 milhões. O saneamento financeiro dos países excessivamente endividados (Terceiro Mundo e países socialistas) também se fazia impostergável diante da necessidade de se recuperar a capacidade de importação e o

redirecionamento dos investimentos produtivos nessas economias vulneráveis aos estrangulamentos externos e ainda incompletos do ponto de vista dos processos de substituição de importação (FURTADO, 1983, p. 62-63).

Como já salientado, a vulnerabilidade externa vinha acompanhada dos desequilíbrios internos, cuja manifestação mais flagrante era a elevação e o descontrole da inflação. Franco (2017, p. 486) nos informa a respeito das reformas monetárias ocorridas no Brasil, primeiro em fevereiro de 1967, com a entrada em circulação do cruzeiro novo, e depois em maio de 1970, com o retorno à denominação cruzeiro, quando a inflação se encontrava estabilizada em cerca de 20% a.a. O país só voltaria a realizar uma nova reforma monetária em meados dos anos 1980, após o cruzeiro acumular uma perda do seu poder de compra de 206.288% entre 1970 e 1986, equivalente a pouco mais de 4% de inflação média mensal. O sistema se alterou profundamente a partir do decreto-lei 857/69, que retirou o nominalismo da lei monetária, e pelas leis que regulamentaram o funcionamento da correção monetária, em particular a lei 6.423/77 que definiu a ORTN como uma moeda alternativa “destinada a servir como padrão monetário de valor” (FRANCO, 2017, p. 487).

A institucionalização da correção monetária e seus efeitos sobre a inflação estavam no cerne da noção de inflação inercial, conceito central do diagnóstico que pautou a formulação do Plano Cruzado em 1986. Este tinha como elemento inovador o disciplinamento das obrigações e das cláusulas de correção monetária, ou seja, o ponto central do Plano era a sua estratégia de desindexação (FRANCO, 2017, p. 487). A propósito, para Furtado, a inflação dos anos 1980 comportava um traço nocivo maior em comparação aos movimentos inflacionários anteriormente experimentados no país porque sua dinâmica configurava um forte desestímulo aos investimentos produtivos. Se, por um lado, a inflação desse contexto prejudicava os investimentos, por outro, premiava em demasia a especulação financeira. Em retrospectiva, resume Furtado (1983, p. 30):

A ideia de dotar o País de um sistema financeiro que estimulasse a poupança, subordinasse o conjunto dos investimentos ao pagamento de juros reais e aparelhasse o governo para praticar uma política monetária mediante a venda e compra de títulos da dívida pública pode ter sido bem-intencionada, mas foi ingênua na medida em que ignorou as particularidades de nosso capitalismo dependente. O resultado final aí está: a taxa de poupança não aumentou, e cresceu enormemente o custo da intermediação financeira.

As reformas tributária e financeira, bem como a instituição do sistema de indexação via correção monetária, não foram as únicas iniciativas do governo militar, a partir de 1964, com efeitos distributivos importantes que agravaram a concentração de renda no país. Vários autores destacam, por exemplo, a importância da política salarial introduzida durante o PAEG para o aumento da desigualdade social.⁶ Furtado não deixa de associar tal questão ao grave problema inflacionário, que se tornaria o calcanhar de Aquiles do governo da Nova República, a partir da gestão Sarney. A expansão dos meios de pagamento e a excessiva indexação de preços e contratos da economia agiam como mecanismos de propagação da inflação, ao passo que a legislação salarial e a desordem das finanças e dos investimentos públicos representavam os principais propagadores das pressões inflacionárias (FURTADO, 1983, p. 76).

A esperança do autor ao final do regime militar era a formação de um novo governo comprometido em negociar um esquema de refinanciamento e reescalamento dos débitos externos do Brasil, em paralelo à revisão do sistema de subsídios ao setor exportador e a minimização, por parte do Bacen, dos riscos cambiais. Assim, modificações nos preços relativos se processariam no sentido de absorver o impacto da elevação do custo real das importações. Os salários, por meio de uma política de valorização do salário mínimo, deveriam ser reajustados a essa nova realidade, visando defender um nível de vida minimamente adequado à subsistência das famílias dos

6 A respeito, ver Fishlow (1972); Hoffmann (1973); Bacha e Taylor (1978); Lara Resende (1982); e, Souza (2018).

estratos mais baixos da renda. E, por fim, deveria se criar condições para a desvinculação das taxas internas de juros com o nível de juros internacional e para a realização de uma profunda reforma fiscal que possibilitasse eliminar a desorganização das contas do Tesouro e, assim, minimizar as injustiças daí adjacentes. Recuperados todos esses controles, tornar-se-ia mais viável a elaboração de um programa de desenvolvimento capaz de anular os principais fatores de propagação da inflação aqui já mencionados (FURTADO, 1983, p. 87-88).

O sexto e último capítulo do livro *Não à recessão e ao desemprego* reúne as ideias proferidas por Furtado em uma conferência no Cebrap em 19 de janeiro de 1983. O destaque de sua fala foi para o caráter estrutural da crise global que afetou, portanto, não somente o Brasil e os países da periferia do capitalismo, mas também os de industrialização mais avançada. Tal crise tinha fundamentalmente três aspectos correlacionados: o primeiro diz respeito ao que o autor chamou de desajuste estrutural do sistema econômico mundial como decorrência da acelerada integração dos mercados nacionais ocorrida entre o fim da Segunda Guerra Mundial e os anos 1970; o segundo aspecto é o da crise financeira internacional, ou a chamada crise de liquidez privada do setor bancário mundo afora; e o terceiro refere-se ao escárnio representado pelo excessivo endividamento externo dos países terceiro-mundistas que, grosso modo, representava a nova faceta da dependência econômica que afligia esses e os países socialistas.

Considerações Finais

Mais conhecido pelo trabalho seminal sobre o Brasil, de 1959, Furtado e sua obra têm sido objetos de diversas homenagens e estudos recentes em virtude da efeméride do ano de 2020, representada pelo centenário do seu nascimento. Nos últimos três anos, Furtado tem sido saudado e ainda mais reconhecido, dentro e fora do Brasil, como o grande economista brasileiro devido a publicações comemorativas e inéditas de textos do autor, como por exemplo a sua correspondência intelectual organizada por Rosa Freire

d'Aguiar (Cf. FURTADO, 2021); pelo lançamento de dossiês por parte de periódicos especializados em economia, história, ciências sociais ou estudos brasileiros, como é o caso do número 78 (de 2021) da Revista do IEB; e também graças à publicação de uma coletânea de textos que marca a comemoração dos 60 anos de *Formação Econômica do Brasil* (Cf. SAES; BARBOSA, 2021).

O propósito do presente artigo foi, no entanto, outro. A saber, o de examinar a contribuição furtadiana presente em três livros pouco conhecidos por acadêmicos e pelo público leitor em geral. Buscou-se nas linhas precedentes evidenciar que na trilogia composta por *O Brasil "pós-milagre"*, *A nova dependência* e em *Não à recessão e ao desemprego*, Furtado congregou mais de duas décadas de reflexão crítica sobre os diversos problemas estruturais e conjunturais associados ao subdesenvolvimento brasileiro e latino-americano. A crítica principal que emerge desses três trabalhos publicados em 1981, 1982 e 1983, respectivamente, refere-se às peculiaridades dos sucessivos governos do regime militar no Brasil (1964-1985) expressas pelos equívocos da condução da política econômica ao longo desses dois decênios.

Em suma, Furtado deixa claro na dita trilogia que a crise que se abateu sobre a economia brasileira no espocar dos anos 80 não derivava apenas da paralisia da gestão econômica governamental e do modelo de desenvolvimento excludente e antissocial do regime militar durante os 21 anos de vigência no país; mas decorria também de opções equivocadas feitas pelos governos das principais economias capitalistas que falharam em realizar reformas, em âmbito mundial, com vistas a melhor coordenar e controlar os fluxos comerciais e financeiros entre os países. Ou seja, mais uma vez, a crise não era fortuita e muito menos fruto do acaso histórico.

Referências

- BACHA, Edmar L.; TAYLOR, Lance. Brazilian income distribution in the 1960s: "facts", model results and the controversy. *Journal of Development Studies*. v. 14, p. 271-297, 1978.
- BASTOS, Pedro P. Z.; GRANDI, Guilherme; SAES, Alexandre M. A trajetória da área "Brasil República" na história da ABPHE (1993-2015). In: SAES, Alexandre M.; RIBEIRO, Maria A. R.; SAES, Flávio A. M. (Orgs.). *Rumos da história econômica no Brasil: 25 anos da ABPHE*. São Paulo: Alameda, 2017.
- BONTEMPO, Hélio C. Transferências externas e financiamento do governo federal e autoridades monetárias. *Pesquisa e planejamento econômico*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 101-130, 1988.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Método e paixão em Celso Furtado. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz C.; REGO, José M. (Orgs.). *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Ed. 34, 2001.
- COUTINHO, Maurício C. A teoria econômica de Celso Furtado: Formação Econômica do Brasil. In: LIMA, M. C.; DAVID, M. D. (Orgs.). *A atualidade do pensamento de Celso Furtado*. Goiânia; Leste Vila Nova: Verbena, 2008.
- FISHLOW, Albert. Brazilian size distribution of income. *The American Economic Review*, v. 62, n. 1-2, p. 391-402, 1972.
- FISHLOW, Albert. A economia política do ajustamento brasileiro aos choques do petróleo: uma nota sobre o período 1974/84. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 507-550, 1986.
- FRANCO, Gustavo H. B. *A moeda e a lei: uma história monetária brasileira, 1933-2013*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- FURTADO, Celso. *A economia brasileira: contribuição à análise do seu desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ed. A Noite, 1954.
- FURTADO, Celso. *Uma economia dependente*. Rio de Janeiro: MEC, 1956.
- FURTADO, Celso. *Perspectivas da economia brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

- FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Ed. Cia. Nac., 1967.
- FURTADO, Celso. *Análise do "modelo" brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- FURTADO, Celso. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- FURTADO, Celso. *O Brasil "pós-milagre"*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FURTADO, Celso. *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FURTADO, Celso. *Não à recessão e ao desemprego*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FURTADO, Celso. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Hucitec; ABPHE, 2001.
- FURTADO, Celso. *Celso Furtado: correspondência intelectual, 1949-2004*. Org., apr. e notas Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- HOFFMANN, Rodolfo. Considerações sobre a evolução recente da distribuição de renda no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, v. 13, n. 4, p. 7-17, 1973.
- LARA RESENDE, André. A política brasileira de estabilização: 1963-1968. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 12, n. 3, p. 757-806, 1982.
- MALAN, Pedro S. A questão externa. In: *FMI x Brasil: a armadilha da recessão*. São Paulo: Fórum Gazeta Mercantil, 1983.
- MATTOSO, Kátia de Q. Le développement, qu'est-ce? L'apport de Celso Furtado. *Cahiers du Brésil Contemporain*, Paris, n. 33-34, 1998.
- OLIVEIRA, Francisco de. Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B. (Orgs.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SAES, Alexandre M.; BARBOSA, Alexandre de F. (Orgs.). *Celso Furtado e os 60 anos de Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Sesc, 2021.

SOUZA, Pedro H.G.F. de. *Uma história de desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013*. São Paulo: Hucitec, 2018.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Celso Furtado (1920-2004) e a economia do desenvolvimento. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; COELHO, Francisco da S. (Orgs.). *Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007.

WERNECK, Rógerio L. F. Poupança estatal, dívida externa e crise financeira do setor público. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 551-574, 1986.